

Ana Sofia Brás Mesquita - *A(s) comunidade(s) do Mosteiro de S. Salvador de Travanca nas vésperas da sua extinção: os (des)usos do património*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 59-92. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2a4

“A(s) comunidade(s) do Mosteiro de S. Salvador de Travanca nas vésperas da sua extinção: os (des)usos do património”

“Les communautés du Monastère de S. Salvador de Travanca à la veille de son extinction: les usages et la désuétude du patrimoine”

“La(s) comunidad (s) del Monasterio de S. Salvador de Travanca en vísperas de su extinción: los usos y desuso del patrimonio”

“The community(s) of the Monastery of S. Salvador of Travanca on the eve of its extinction: the (dis)uses of heritage”

Ana Sofia Brás Mesquita
ana.mesquita94@gmail.com

Resumo: O presente artigo pretende analisar o papel do Mosteiro de S. Salvador de Travanca na gestão do seu património o que implicou, no passado, relações entre duas comunidades: a dos seus proprietários e usufrutuários (os monges) e a do conjunto de pessoas que a eles se ligavam, através de laços socioeconómicos, culturais e religiosos. Esta realidade extinguiu-se no contexto liberal (1834). Numa segunda parte, definem-se os novos tipos de relacionamentos, dada a nova natureza de que se reveste o mosteiro após a sua extinção. A sua classificação atual, enquanto monumento, obriga ao estabelecimento de novos critérios, mais institucionais, que não deixam de se inscrever em áreas culturais, sociais e económicas da sociedade atual, no rasto do seu passado.

Palavras-chave: Mosteiro de S. Salvador de Travanca, Extinção das Ordens Religiosas, Comunidades, Património.

Résumé: Cet article se propose d'analyser le rôle du Monastère de S. Salvador de Travanca dans la gestion de son patrimoine, ce qui impliquait, dans le passé, des relations entre deux communautés: celui de leurs propriétaires et usufruitiers (les moines) et celui du groupe de personnes qui se sont connectés à eux, par des liens socio-économiques, culturels et religieux. Cette réalité s'est éteinte dans le contexte libéral (1834). Dans une seconde partie, les nouveaux types de relations sont définis, compte tenu de la nouvelle nature du monastère après son extinction. Son classement actuel, entant que monument, nécessite la mise en place de nouveaux critères, plus institutionnels, qui s'inscrivent encore dans les espaces culturels, sociaux et économiques de la société actuelle, dans les traces de son passé.

Mots-clés: Monastère de S. Salvador de Travanca, Extinction des Ordres Religieux, Communautés, Patrimoine.

Resumen: Este artículo pretende analizar el papel del Monasterio de S. Salvador de Travanca en la gestión de su patrimonio, que implicó, en el pasado, relaciones entre dos comunidades: la de sus propietarios y usufructuarios (los monjes) y la del grupo de personas que se vinculaban con ellos, a través de lazos socioeconómicos, culturales y religiosos. Esta realidad se extinguió en el contexto liberal (1834). En una segunda parte se definen los nuevos tipos de relaciones, dada la nueva naturaleza del monasterio tras su extinción. Su clasificación actual, como monumento, requiere el establecimiento de nuevos criterios, más institucionales, que aún se inscriben en los ámbitos culturales, sociales y económicos de la sociedad actual, a raíz de su pasado.

Palabras clave: Monasterio del S. Salvador de Travanca, Extinción de Órdenes Religiosas, Comunidades, Patrimonio.

Abstract: This article aims to analyze the role of the Monastery of S. Salvador de Travanca in the management of its heritage, which implied, in the past, relations between two communities: that of their owners and usufructuaries (the monks) and that of the group of people who connected to them, through socioeconomic, cultural and religious ties. This reality was extinguished in the liberal context (1834). In a

Ana Sofia Brás Mesquita - *A(s) comunidade(s) do Mosteiro de S. Salvador de Travanca nas vésperas da sua extinção: os (des)usos do património*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 59-92. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2a4

second part, the new types of relationships are defined, given the new nature of the monastery after its extinction. Its classification, as a monument, requires the establishment of new criteria, more institutional, which are still inscribed in cultural, social and economic areas of current society, in the wake of its past.

Keywords: Monastery of S. Salvador of Travanca, Extinction of Religious Orders, Communities, Heritage.

1. Introdução

O Mosteiro de S. Salvador de Travanca é um verdadeiro exemplo de um complexo monástico rural de natureza senhorial composto por bens provenientes de doações reais e de particulares, responsáveis pelo seu poderio socioeconómico.

Casa beneditina desde o século XII até ao século XIX, integrou a Congregação de S. Bento de Portugal (CSBP)¹ a partir do século XVI, sendo composta por uma comunidade de monges beneditinos que estabeleciam vários tipos de relações com a comunidade local através da administração das propriedades do complexo monástico, dos tipos de exploração agrícola que aqui praticavam e do elo cultural que a direcção espiritual das comunidades ao nível da estrutura religiosa paroquial implicava. Esta realidade contém a nosso ver as chaves interpretativas que permitirão criar uma nova ligação, desta feita de usufruto cultural entre o património mediado pelo mosteiro e os atuais residentes em Travanca assim como todos os que visitam o monumento.

Neste sentido, é fundamental seguir um friso cronológico que reconstrua os diferentes momentos de implantação do Mosteiro de S. Salvador de Travanca, enquanto Casa beneditina com poderes paroquiais, senhoriais (territoriais e jurisdicionais), mas também revelar os efeitos do desaparecimento desta comunidade religiosa, no que diz respeito ao edifício e à desestruturação das comunidades a ela ligadas.

Assim, tentaremos reunir informação anterior a 1834 e a produzida no pós extinção das Ordens Religiosas, no quadro das reformas liberais, quer para reconstruirmos os tempos de “imponência” de uma casa beneditina, quer o momento da sua extinção, projetando-nos ainda para a fase pós extinção, que denuncia os impactos da ausência de uma comunidade religiosa presente há mais de seis séculos em Travanca. Na verdade, em consequência de alterações políticas que conduziram à decadência da monarquia absolutista e à ascensão do Estado liberal, assistimos a uma abordagem

¹ O nome oficial da congregação é Congregação dos Monges Negros de São Bento do Reino de Portugal. De forma a simplificar decidimos considerar a designação Congregação de São Bento de Portugal (CSBP).

Ana Sofia Brás Mesquita - *A(s) comunidade(s) do Mosteiro de S. Salvador de Travanca nas vésperas da sua extinção: os (des)usos do património*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 59-92. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2a4

política mais intensa da questão da desamortização e do papel das Ordens Religiosas. As primeiras medidas de desamortização após a Revolução de 1820 vêm reforçar anteriores leis contra a amortização, que pretendiam controlar a aquisição exacerbada de bens por parte de instituições eclesiásticas e outros institutos (Martins da Silva, 1989: 3-4). Com a vitória das forças liberais, as Ordens Religiosas veem o seu fim à vista, pois por um lado, a sua aliança com o absolutismo impedia a sua colaboração com o regime liberal e, por outro, a manutenção dos seus poderes e direitos não era compatível com as mudanças que se pretendiam.

Do ponto de vista conceptual, as abordagens patrimoniais a edifícios que atualmente já não desempenham a sua função original, e que se encontram em ruína ou esquecimento, não terão que sacrificar a memória arquitetónica, social e espiritual do espaço, uma vez que tais abordagens pressupõem a manutenção e a conservação do património nos seus diferentes sentidos (usos e desusos), de modo a que o monumento permaneça vivo e valorizado (Lorenzo Aspres, 2017: 675).

2. Enquadramento teórico

O conceito de património deriva do latim *patrimonium* (*pater* = Pai y *monium*= valor reconhecido) e uma das aceções possíveis da palavra refere-se ao (s) legado (s) que uma geração transmite às seguintes com o intuito de afirmar uma determinada identidade. Choay relembra que a palavra “património” “estava, na sua origem, ligada às estruturas familiares, económicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo” (Choay, 2010: 1).

A evolução do termo “património” leva-nos a concluir que, este conecta-se com uma ideologia e um simbolismo baseados em valores sociais e políticos, sendo acompanhado pela interpretação e preservação do respetivo legado, bem como pelo acionamento da (s) memória (s), muitas vezes institucionalizados como sendo os “legítimos” (Smith, 2006: 13).

Para o presente estudo recorreremos a um conjunto de obras que nos permitissem entender o conceito de propriedade da terra e de outros bens de produção no período em análise. Foi-nos particularmente útil a obra coordenada por Nuno Madureira *et al.* (2002) dedicada à análise de conceitos ligados à agricultura e às ocupações laborais. Com efeito, o *Dicionário das Ocupações* estuda a “propriedade” de uma forma

Ana Sofia Brás Mesquita - *A(s) comunidade(s) do Mosteiro de S. Salvador de Travanca nas vésperas da sua extinção: os (des)usos do património*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 59-92. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2a4

diacrónica, referindo que “as grandes instituições portuguesas não eram, assim, essencialmente grandes proprietárias, no sentido de disporem do ‘domínio absoluto’ sobre as terras das quais retiravam proventos” (Madureira, 2002: 91).

A principal fonte de rendimento das Ordens Religiosas advinha, precisamente, da propriedade dos foros rústicos, a que se juntou a urbana, acrescida dos dízimos, das rações e outros direitos senhoriais.

As instituições monásticas possuíam o domínio direto das propriedades, mas cediam o domínio útil a terceiros, de onde arrecadavam fortes rendimentos. Ora, este paradigma de exploração fundiária determinou a paisagem agrária portuguesa, marcada pelo sistema de enfiteuse.

No campo dos estudos sobre o panorama socioeconómico da comunidade beneditina no Antigo Regime destacamos as obras de Aurélio de Oliveira (1970), com especial destaque para *A Abadia de Tibães e o seu domínio (1630 – 1680) – estudo social e económico*. Este estudo foi pioneiro em Portugal, tendo o autor alargado o âmbito cronológico em estudo posterior, e salientou-se pela abordagem extensiva e aprofundada da gestão e administração beneditina da propriedade e do território, analisando os bens diretos e indiretos da Casa-mãe dos beneditinos, os tipos de contrato de arrendamento, ou seja, as formas de exploração e transição da terra, bem como os produtos que eram extraídos da mesma e entregues ao senhor com domínio eminente.

O pioneirismo de Aurélio de Oliveira contribuiu para estudos posteriores sobre o domínio socioeconómico de outras Casas beneditinas e de outras Ordens Religiosas.

A tese de doutoramento de Gonçalo Marques (2011) foi um dos primeiros estudos que consultámos, de modo a percebermos o papel dos beneditinos na agricultura e, neste caso em concreto, na vitivinicultura. Com a leitura desta tese concluímos que, os “Estados” possibilitam-nos reconstruir o estado de conservação do Mosteiro do Salvador de Travanca, bem como a sua estrutura administrativa, as práticas agrícolas que eram aplicadas, os produtos resultantes das mesmas, o plano de vendas de produtos para o exterior, a compra de bens para uso diário, o número de regrantes que habitavam no mosteiro e as suas respetivas funções/ocupações.

Na temática da propriedade e da gestão de poderes locais salientamos a obra *Terra, Herança e Família no noroeste de Portugal: o caso de Mosteiro no século XIX* de Maria de Fátima Brandão (1994).

Ana Sofia Brás Mesquita - *A(s) comunidade(s) do Mosteiro de S. Salvador de Travanca nas vésperas da sua extinção: os (des)usos do património*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 59-92. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2a4

A autora destaca a enfiteuse como forma de propriedade predominante na história das comunidades rurais, caracterizando-a como um sistema de estrutura bem sólida e resistente entre direitos enfiteúticos (domínio útil) e direitos senhoriais (domínio eminente), que viria a dificultar o processo dos liberais no dismantelamento da rede de poderes. Permite entender as transições realizadas no início do século XIX, quando o regime de enfiteuse foi colocado em causa pelos ventos liberais, de acesso livre à terra, como se pode ler: “Inconveniência e opressão de certas cláusulas vulgares nos empraçamentos, tais como, as jeiras, os direitos banais, os foros e os laudémios excessivos, as entradas, as ltuosas e algumas formas de investidura” (Costa (1979) cit. por Brandão (1994: 93).

No término do século XVIII e inícios do século XIX constatou-se uma queda na produção agrícola que se viria a repercutir nos rendimentos extraídos da terra e nas condições de vida dos médios e pequenos camponeses que compunham uma percentagem considerável da população do Entre Douro e Minho. Este período foi dramático e marcado por maus anos agrícolas, mas também, por revoltas contra aqueles que detinham o poder, isto é, os senhorios laicos e eclesiásticos (Oliveira, 2005: 37).

Nesta conjuntura, a relação entre estagnação da produção da terra e a sua concentração senhorial, fundamentalmente na mão da Igreja (que inclui as Ordens Religiosas), considerando a terra um bem de mão morta, ou seja, imobilizada porque não incentiva o acesso a uma propriedade livre de encargos a quem a trabalhava, realmente, tornou-se um assunto de Estado e ideologicamente causador de acusações aos tradicionais proprietários.

Assim, de acordo com Oliveira Ramos (1992) o principal antecedente da extinção das Ordens Religiosas foi a apropriação dos bens pelo Estado e a expulsão dos jesuítas pela Coroa em 1757 ao mesmo tempo que se constatou a confluência de uma série de fatores que aceleraram este processo, dos quais destaca a falta de vocação dos religiosos, as intromissões da Coroa e, posteriormente, o conflito militar entre liberais e absolutistas (1832-1834).

Neste aspeto, salientamos o trabalho de António Martins da Silva, *Desamortização e venda dos Bens Nacionais em Portugal na primeira metade do século XIX*. Este estudo retrata exaustivamente o processo de desamortização em

Ana Sofia Brás Mesquita - *A(s) comunidade(s) do Mosteiro de S. Salvador de Travanca nas vésperas da sua extinção: os (des)usos do património*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 59-92. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2a4

Portugal e toda sua complexidade, onde o destino dos egressos e dos bens oriundos das instituições religiosas é escrutinado.

De acordo com o autor este processo desenvolveu-se para a implementação do regime liberal e de um aparelho de Estado burguês, que tinham como objetivo a elaboração e aplicação dum processo legislativo com várias finalidades, tais como, “a extinção de corporações e de estabelecimentos religiosos e laicos e incorporação de seus bens na posse do Estado, numa primeira fase; transferência, em seguida, para o domínio privado, por meio de venda ou remição em hasta pública, dos bens imóveis considerados de *mão-morta*.” (Martins da Silva, 1989: 3).

Logo, somos levados a refletir sobre a temática dos (des)usos do património, e, neste ponto, salientamos as contribuições de Paulo Pereira (2001) ao estudar o património cultural como uma experiência de “passagem”, mas também, como uma via para outra dimensão, outro tempo e outro espaço. Neste artigo é debatida a pertinência da interpretação de um monumento/sítio para o alcance da valorização e conservação do património, assim como para a atribuição de utilidade.

Ao estudarmos um património monástico-conventual, como é o Mosteiro de S. Salvador de Travanca, estamos perante uma paisagem cultural, caracterizada por conceitos interdependentes como território, valorização, contexto e interpretação (Amorim, 2015). Neste sentido, nasce a necessidade de perceber qual a (s) utilidade (s) ou o (s) uso (s) que um património poderá adquirir no presente, dado que já não desempenha a sua função original.

3. Fontes e metodologia

O nosso percurso de identificação de fontes de informação iniciou-se tendo por base os nossos objetivos e os indicadores a analisar nas respetivas fontes. Como objetivos:

- Estudar as relações socioeconómicas, paroquiais, espirituais e culturais da comunidade beneditina em Travanca e as possíveis trocas / fluxos resultantes dessas relações nas vésperas de 1834;
- Identificar as freguesias em que os moradores detinham o domínio útil das propriedades do mosteiro e pagavam os respetivos foros;
- Estudar a evolução do espaço e a relação da população com esse mesmo

Ana Sofia Brás Mesquita - *A(s) comunidade(s) do Mosteiro de S. Salvador de Travanca nas vésperas da sua extinção: os (des)usos do património*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 59-92. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2a4

espaço, na segunda metade do século XVIII e no pós extinção das Ordens Religiosas;

- Refletir sobre a importância do património para uma comunidade, analisando a sua relação com o mesmo, ao longo de diferentes períodos de tempo.

De modo identificámos fontes de informação que respondessem a um conjunto de questões. Conhecer a história do Mosteiro de S. Salvador de Travanca, de modo a compreender melhor o seu significado para diferentes atores sociais, exigiu uma aproximação ao Fundo Monástico da Congregação de S. Bento de Portugal, presente no Arquivo Distrital do Braga, onde se encontra a principal documentação do cartório da CSBP e, do mesmo modo, das várias Casas beneditinas, referimo-nos aos “Estados” do Mosteiro do Salvador de Travanca². Através desta fonte de informação acedemos a relatórios trienais descritivos de cada Casa beneditina no que diz respeito às quantias em depósito, às contas do Livro de Recibo (foros recebidos: dinheiro, vinho, trigo, galinhas, coelhos, etc.), às contas do Livro da Sacristia, das Fábricas das Igrejas, da Enfermaria, entre outros, destacamos a parte dedicada às obras e aos reparos realizados na respetiva casa. Tendo como base esta informação foi possível estudarmos as alterações efetuadas nas infraestruturas afetas ao Mosteiro e, posteriormente, refletir sobre a evolução/transformação do património edificado e do (s) espaço (s) envolvente (s), nomeadamente a sua cerca.

Dentro do estudo da malha patrimonial e paisagística do Mosteiro de S. Salvador de Travanca foi fundamental a consulta do Inventário da Extinção do Mosteiro (1834) integrado no Arquivo Histórico do Ministério da Finanças, disponível no ANTT³. Tendo em consideração o facto de se tratar de um momento de charneira na extinção das ordens religiosas, previa-se que daria um diagnóstico dos bens móveis e imóveis do Mosteiro.

Destacamos o 5º maço deste inventário, “Casco, Cerca, prédios rústicos e urbanos, foros, passais, foros, dinheiro e outros quaisquer efeitos de valor”, devido à maior pertinência do seu conteúdo para o nosso estudo, pois através do mesmo nasceu a possibilidade de reconstruir o universo de freguesias que compunham a área da administração e do poderio socioeconómico do Mosteiro de S. Salvador de Travanca no

² A.D.B., Fundo Monástico da Congregação de São Bento de Portugal, PT/UM-ADB/MON/CSBP/Estados dos Mosteiros/ Travanca/ pastas 97 e 98.

³ ANTT. Ministério das Finanças. Direção Geral da Fazenda Pública 1840-1958, E 4ª.rep, Processos de extinção das Casas Religiosas Masculinas, Inventário da Extinção do Mosteiro de São Salvador de Travanca, PT/TT/MF-DGFP/E/001/00402.

Ana Sofia Brás Mesquita - *A(s) comunidade(s) do Mosteiro de S. Salvador de Travanca nas vésperas da sua extinção: os (des)usos do património*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 59-92. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2a4

momento da sua extinção. Ao mesmo tempo, este 5º caderno realiza uma descrição do edifício, das divisões mais significativas e dos espaços exteriores em destaque, tais como, Passais, Cerca, Casa da Adega e do Celeiro, Cadeia, Casa do Foral das Audiências, ou seja, do que era o centro deste complexo de relações.

No que remete para a temática dos poderes paroquiais, senhoriais e jurisdicionais do Mosteiro, isto é, do exercício e da procura de consolidação de redes de diferente natureza (religiosa, político-administrativa) que consolidariam (ou não) a(s) comunidade(s) começamos por consultar o Arquivo Distrital do Porto (ADP), dado que, contém um fundo intitulado *Convento de São Salvador de Travanca*, composto por documentos provenientes do cartório monástico de Travanca, de natureza eclesiástica e financeira. Aqui destacamos as seguintes fontes de informação: *os Tombos, os Livros de Recibo e os Índices do cartório do Mosteiro de Travanca*.

No ADP pudemos consultar os *Tombos* do Salvador de Travanca⁴, contudo a grande maioria dos mesmos não se encontra datada na plataforma online, porque nunca foi feito um inventário. Assim, decidimos requisitar todos os tombos “não datados” para traçarmos a malha cronológica dos mesmos.

Com estas fontes de informação tivemos oportunidade de mapear as freguesias de Travanca, assim como, respetivos casais, quebradas e quintas que apresentavam relações socioeconómicas com o Mosteiro, mas, também, recolhemos os tipos de produtos agrícolas produzidos e a natureza dos foros entregues ao cenóbio de Travanca.

O Índice de Cartório de 1827⁵ apresentou-se crucial para a perceção dos poderes senhoriais e jurisdicionais do Mosteiro de S. Salvador de Travanca, uma vez que, é um documento bem estruturado, dividido em cinco secções dedicadas a diferentes assuntos.

Por outro lado, consideramos a consulta da Memória Paroquial de Travanca (1758)⁶ essencial para o nosso estudo, dado que através deste documento foi possível encontrar a caracterização geográfica de Travanca, o número de fogos, entre outros. Este documento redigido pelo Cura Luís Alvarez de Sousa guia-nos pelo interior do Mosteiro de Travanca, referindo as localizações dos diferentes compartimentos, a partir da igreja, orienta-nos para o claustro, refeitório, portaria, sala de ouvidoria, celas dos

⁴ A.D.P., Convento de São Salvador de Travanca, PT/ADPRT/MON/CVSSTAMT/0165/*Tombo (1651)*.

⁵ A.D.P., Convento de São Salvador de Travanca, PT/ADPRT/MON/CVSSTAMT/0110/*Índice do Cartório (1827)*.

⁶ “São Salvador de Travanca”, in *Dicionário Geográfico* da autoria de Luís Alvarez de Sousa. Vol. 37, nº 96, p. 997 a 1048. Transcrição de Dr. Pedro Vieira. Não publicada.

Ana Sofia Brás Mesquita - *A(s) comunidade(s) do Mosteiro de S. Salvador de Travanca nas vésperas da sua extinção: os (des)usos do património*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 59-92. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2a4

monges, casa do capítulo, livraria e oficinas. A descrição prossegue para o exterior, mencionando o terreiro, um cruzeiro, a cadeia e descreve a cerca, bem como, os passais.

A Memória Paroquial de Travanca foi fulcral para o desenvolvimento da temática do espiritual e cultural, visto que, possibilitou o desenvolvimento do tópico dedicado às devoções das comunidades, com a enunciação das confrarias e das relíquias presentes na sacristia da Igreja.

A cartografia tornou-se um método essencial para avaliar a espacialidade, a construção/visão da comunidade e das possíveis características de afastamento ou aproximação a nós estruturadores da Comunidade maior que era o Mosteiro. Para tal, construíram-se tabelas em Excel que incluíam os seguintes campos: freguesias; casais; orago; concelho atual; fogos; nº de habitantes.

4. Contextualização espacial do Mosteiro de S. Salvador de Travanca (séculos XVII-XIX)

O Mosteiro de S. Salvador de Travanca, como o próprio nome indica, localiza-se na freguesia de Travanca, concelho de Amarante. Trata-se de um território rico em recursos hídricos destacando-se o rio Tâmega, mas também outros cursos de água, como os rios Ovelha, Olo e Odres.

Em Travanca o rio Odres ganha destaque, sendo essencial para a agricultura, em tempos, e determinante no funcionamento de moinhos, bem como na pesca de algum peixe. A Memória Paroquial de 1758⁷ evoca esta caracterização:

“(…) do nome Odri (…) he tal sua inclinação que se emprega todo em fazer bem em todas as partes por onde passa, criando seus peixes, escalos, ainda que pequenos e poucos; fertilizando por levadas de huma e outra parte muitos e grandes campos de milho miudo, milho, painço, e feijoens, e lameiros; e muitos arvoredos de vinho, não só pelas levadas, mas pelo pé delle; e fazendo moer muitos moinhos (…)”⁸

Logo, muitas das descrições geográficas que encontramos em várias fontes de informação sobre Travanca, apresentam “couto de Travanca” como um vale plano rodeado de montes e caracterizado pela riqueza hídrica, pela forte presença florestal e pelas grandes dimensões dos seus campos.

⁷ São Salvador de Travanca” no *Dicionário Geográfico* da autoria de Luís Alvarez de Sousa. Vol. 37, nº 96, p. 997 a 1048. Transcrição de Dr. Pedro Vieira. Não publicada.

⁸ *Provisão pela qual Sua Real Majestade mandou fazer partilha, e divisão dos montes, que ha neste Couto do Salvador de Travanca* in São Salvador de Travanca” no *Dicionário Geográfico* da autoria de Luís Alvarez de Sousa. Vol. 37, nº 96, p. 997 a 1048. Transcrição de Dr. Pedro Vieira. Não publicada.

Ana Sofia Brás Mesquita - *A(s) comunidade(s) do Mosteiro de S. Salvador de Travanca nas vésperas da sua extinção: os (des)usos do património*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 59-92. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2a4



Figura 1 – Cerca do Mosteiro do Salvador de Travanca.

Fonte: Google Earth.

A comunidade religiosa de Travanca viria a adotar a Regra de S. Bento após o Concílio de Coyanza (1055), recebendo influências em várias temáticas como na liturgia, na oração, nas relações socioeconómicas, na arquitetura do mosteiro e na organização da sua envolvente (Machado, 2014: 242).

Deste modo qualquer estrutura monástica conventual incorpora a componente física, funcional e espiritual, onde os elementos naturais (água, luz, jardins, hortas) e os imateriais (oração, silêncio) adquirem um valor real e simbólico, sendo essenciais para o equilíbrio das comunidades em clausura (Amorim, 2015: 100).

No caso do plano construtivo do Mosteiro, os beneditinos fomentaram a organização do espaço monástico, tendo por base a relevância e a centralidade da igreja, assim como do claustro. À volta destes dois núcleos desenvolviam-se todas as oficinas, espaços verdes de hortas e pomares segundo uma ordenação quadrangular, linear e simétrica, sinónimo da organização funcional desta comunidade religiosa (Rocha, 2011: 52).

Ana Sofia Brás Mesquita - *A(s) comunidade(s) do Mosteiro de S. Salvador de Travanca nas vésperas da sua extinção: os (des)usos do património*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 59-92. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2a4

A dinâmica espacial dos mosteiros beneditinos é particularmente semelhante entre si. Num primeiro piso podemos encontrar a igreja, a sacristia, o claustro, o refeitório, a cozinha, a despensa, a portaria, a casa do recibo e a cavalaria. No piso superior surgiam as celas conventuais, a sala do capítulo, a sala de ouvidoria, a livraria, o cartório, a enfermaria/hospício, a hospedaria, a barbearia...

De acordo com o Inventário de Extinção⁹, o Mosteiro de S. Salvador de Travanca apresentava-se em 1834 como: “Hum grande edifício com corredores e seu claustro e deferentes celas para habitações dos religiosos, sallão comum, caza do capitulo, de Libraria, quartos de hospedaria, corredores e celas de Malta, com seis varandas (...) e galarias, e nos baixos caza de Refeitório, Despença, e Recibo, e Cavalaria, e quartos de particulares, e pegado ao mesmo edifício a Cozinha, e bem afim a Igreja com seu Côro, que não é só Igreja para uso dos Religiozos Conventuaes mas mesmo é a Igreja da Freguezia.”

A cerca nasce como local fechado por muros, mas que adquire uma simbologia sagrada baseada na ideia de *hortus conclusus*, “Jardim Fechado” /” Enclosed Garden” comparável ao Jardim de Éden do Antigo Testamento¹⁰.

Este espaço restrito e fechado tem como premissa um contacto mais íntimo e direto com Deus, por aqueles que habitam o mosteiro, longe das influências do mundo exterior. Para além desta necessidade espiritual, desempenhava um papel mais funcional, no que respeitava ao cultivo de legumes, pomares, vinhas, ao cuidado de jardins ornamentados com belas espécies vegetais, que possibilitavam o abastecimento da instituição monástica, mas, ao mesmo tempo, revelava-se um espaço crucial para a saúde mental dos religiosos (Dias, 2010: 10-13).

A cerca do Mosteiro de S. Salvador de Travanca desenvolvia-se por trás e aos lados do mesmo, sendo descrita no Tombo de 1651 como um local dentro de muros altos, repleto de campos, hortas, pomares, laranjais, vinhas, olivais, devesas e moinhos que usavam as águas que vinham do casal Novo¹¹.

⁹ A.N.T.T., Ministério das Finanças. Direção Geral da Fazenda Pública 1840-1958, E 4ª.rep, Processos de extinção das Casas Religiosas Masculinas, Inventário da Extinção do Mosteiro de São Salvador de Travanca, PT/TT/MF-DGFP/E/001/00402, Maço 5º, Folha 2.

¹⁰ The National Gallery – *Hortus Conclusus*, [Consulta em 25/01/2018]. Disponível em <https://www.nationalgallery.org.uk/paintings/glossary/hortus-conclusus>.

¹¹ A.D.P., Convento de São Salvador de Travanca, PT/ADPRT/MON/CVSSTAMT/0165/*Tombo* (1651), fls. 4-8.

Ana Sofia Brás Mesquita - *A(s) comunidade(s) do Mosteiro de S. Salvador de Travanca nas vésperas da sua extinção: os (des)usos do património*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 59-92. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2a4

“E medida da dita cerca pela parte de fora comessa junto a capela major pela parte do nascente faz em circuito redondo mil e quinhentos e trinta e nove varas ate vir dar sempre em redondo acabando na casa da renda na parte do norte (...)”¹².

Ou ainda: “Está este Mosteiro clausurado com hũa boa cerca murada, dentro da qual tem boas hortas, e pomares, tres fontes, e por dentro della paixão dous ribeiros. Tem bons passaes, sendo que faltos de lenha (...)”¹³.

A cerca, sendo parte indissociável da cidade monástica (Rocha, 2011: 305) materializava-se através dos muros que a rodeavam, logo a manutenção dos mesmos era crucial para a afirmação da clausura e da separação do mundo temporal, bem como para a proteção de perigos externos. Por este peso simbólico e efetivo, pelo facto de ser, igualmente, uma fonte de recursos (ou de registo de necessidade de os incluir), não admira que o arranjo e o reforço dos muros da cerca fossem uma constante, como os Estados Trienais assim o descrevem.

Triénio	Infraestruturas	Muros	Encanamento de águas	Acessibilidades
1755-58			Implementação de vários canos: um no campo do Viveiro, outro no campo a sul e outro no Lameiro, o último por baixo das hortas.	Construção de duas portas que faziam a ligação do terreiro à cerca.
1758-61		Reformaram os muros, levantando-os em muitas partes e construíram um muro à volta do pomar da varanda do Nascente e do Engenho.		
1761-64	Melhoria na Casa da Audiência.	Melhoria dos muros do terreiro.		
1773-76			Encanamento da água que vinha para o salão desde a sua nascente, através de clarões de pedra e com uma porta para se limparem as águas.	
1776-79		Reparo dos muros da cerca que estavam danificados.		Construção de uma calçada perto do muro da cerca em direção à Carreira.

¹² *Idem*, fl. 8.

¹³ São Salvador de Travanca” no *Dicionário Geográfico* da autoria de Luís Alvarez de Sousa. Vol. 37, nº 96, p. 997 a 1048. Transcrição de Dr. Pedro Vieira. Não publicada.

Ana Sofia Brás Mesquita - *A(s) comunidade(s) do Mosteiro de S. Salvador de Travanca nas vésperas da sua extinção: os (des)usos do património*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 59-92. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2a4

Triénio	Infraestruturas	Muros	Encanamento de águas	Acessibilidades
1780-83	Colocação de uma mó nova num dos moinhos da Cerca. Reparação dos restantes moinhos.	Reforço do muro da cerca todo em redondo.		
1783-86	Construção de umas minas oriundas do Olival com ligação a S. Brás.	Edificação de um pedaço de muro no Ribeiro. Construção do muro com início na fonte do terreiro até ao canto da estrada.	Encanamento de água do chafariz do Claustro para as hortas.	
1786-89	Reparação da Casa da Renda.	Manutenção de alguns muros na cerca.		
1789-92		Implementação de muros na parte de cima dos Passais.		
1792-95		Construção de 79 braçais de muro novo pela parte do Ferreiro. Reparação dos muros da cerca.	Encanamento da água que vinha para o Mosteiro por canos de chumbo desde a fonte do Ferreiro até ao Adro, fazendo-a correr por cima do muro novo.	
1795-98		Manutenção de todos os muros da cerca e construção de um pedaço novo: a Portinha. Melhoria dos alpendres do Terreiro.	Limpeza todas as minas de água.	
1798-1801		Reparação de todo o muro da cerca.		
1801-04		Conserto de partes do muro e dos socalcos. Encerramento de alguns portelos que o povo abria.	Manutenção do encanamento de águas para o claustro, salão e cozinha.	
1804-07		Construção de um muro novo e de paredes e de socalcos nos passais.	Encanamento das águas, principalmente as que serviam o Mosteiro, mas também as que inundavam os passais. Limpeza das minas e abertura de mais sete minas. Instalação de canos de chumbo para a água do claustro e da cozinha e manutenção dos canos que estavam danificados, de modo a que, a água chegasse limpa às oficinas.	Construção de uma calçada para o lado da Trovoada, pois o caminho existente foi arruinado pela obra das minas.

Ana Sofia Brás Mesquita - *A(s) comunidade(s) do Mosteiro de S. Salvador de Travanca nas vésperas da sua extinção: os (des)usos do património*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 59-92. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2a4

Triénio	Infraestruturas	Muros	Encanamento de águas	Acessibilidades
1807-10		Construção de 1770 palmos do muro da cerca, tendo 18 palmos fora da terra com alicerces profundos.	Limpeza e encanamento de uma parte da mina velha do Carvalho.	
1810-13		Continuação do muro da Cerca em pedra.		
1813-16		Reparo de um pedaço de parede da Cerca de fora. Construção de uma parede numa parte do Passal de fora, desde o Prado até quase ao final das Searas.		
1816-19		Continuação do muro da Cerca em pedra. Abertura de um campo por baixo dos Lameiros da horta. Conserto recorrente do muro da cerca e das Tapadas do Mosteiro.		Construção de um portal ao fundo da cerca muito útil para serventia dos passais e em altura de colheitas.
1819-22		Reparação e alteração de partes do muro da cerca, de modo a ficar uniforme e seguro.	Encanamento das águas desde o Marranque até à estrada das Ribas e da Poça das Nogueiras para outros pontos. Construção de uma ponte para a fluência das águas que corriam para a cerca.	A estrada do Marranque foi toda calçada em pedra até ao cunhal das almas. A estrada que liga a cruz da Mezura à quinta da Portela foi composta e calçada.

Tabela 1 – Transformações do espaço envolvente do Mosteiro de S. Salvador de Travanca entre 1755 e 1822.

Fonte: A.D.B., Fundo Monástico da Congregação de São Bento de Portugal, PT/UM-ADB/MON/CSBP/Estados dos Mosteiros/ Travanca/ pastas 97 e 98.

5. Rede de relações do Mosteiro de S. Salvador de Travanca

5.1. Os poderes senhoriais e jurisdicionais

A fundação do Mosteiro de S. Salvador de Travanca encontra-se repleta de incógnitas no que diz respeito aos seus fundadores e à data da sua criação.

De acordo com José Coelho dos Santos as origens do mosteiro poderão ser anteriores ao século XI, por enquadrar-se no tipo de mosteiro de pequenas dimensões e com reduzida ostentação, recebendo a influência de famílias senhoriais, como a dos

Ana Sofia Brás Mesquita - *A(s) comunidade(s) do Mosteiro de S. Salvador de Travanca nas vésperas da sua extinção: os (des)usos do património*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 59-92. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2a4

Gascos que contribuiu para a afirmação do poder senhorial (Coelho dos Santos, 1969: 29-30).

D. Garcia Moniz é apontado como o principal fundador do Mosteiro de S. Salvador de Travanca, filho de Moninho Viegas, o Gasco, que recebeu de seu pai a “Granja” de Travanca, como um espaço de culto privado, de acordo com um documento presente no cartório do Mosteiro de Alpendurada (Coelho dos Santos, 1969: 30).

O poderio socioeconómico do Mosteiro ficaria oficialmente fortalecido pela elevação a Couto das suas terras, levada a cabo por D. Henrique e Dona Teresa, relatados desta forma numa pintura presente na sacristia da igreja do mosteiro.

“O Conde D. Enrique e sua m.er D. Thereza, Pay(s) do nosso primeirº Rey D. Afonço Enriques, sendo senhores de Portugal pelos anos de 1094 the ao de 1112, foram os que doaram a este Mosteiro do Salvador de Travanca Couto de que elle hé senhor Donatário. Anno de DCCLXXX¹⁴”.

Em Portugal a Ordem de São Bento (OSB) difunde-se a partir dos séculos XI e XII, pois segundo Frei Geraldo Coelho Dias (2011), o monaquismo beneditino surge na sequência da Reconquista cristã aos mouros, com incremento nos pós Concílio de Coyanza (1055), onde a Regra de S. Bento foi aplicada como forma de uniformização dos centros monásticos existentes à data, estes que se faziam governar por influência de várias regras conventuais.

Desde cedo que, a Ordem Beneditina recebeu forte apoio dos monarcas, que a viam como sinal de criação da riqueza, responsável pelo desbravamento de terras despovoadas, bem como dinamizadora da economia agrária e da cultura (Ramos, 2007: 1). Neste sentido, constata-se a atribuição, por parte dos monarcas, de uma série de Cartas de Couto a diversas terras “influenciadas/administradas” por mosteiros orientados pela OSB, como forma de assegurar o bem-estar das suas comunidades, mas também estabelecer os seus direitos e deveres perante o poder régio.

De acordo com Serrão (1985) o conceito de couto, já no século IX, correspondia a um lugar imune e defeso que recebera tal distinção através de carta de couto e que definia os limites da terra coutada e atribuía privilégios, tais como, a proibição da entrada de funcionários régios (juízes, meirinhos, mordomos) e isentava os moradores de prestação de serviço militar no exército do rei, bem como do pagamento de multas aplicadas ao fisco (Serrão, 1985: 224).

¹⁴ Legenda de uma pintura presente na sacristia da igreja do Mosteiro de Travanca, 1780.

Ana Sofia Brás Mesquita - *A(s) comunidade(s) do Mosteiro de S. Salvador de Travanca nas vésperas da sua extinção: os (des)usos do património*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 59-92. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2a4

Este tipo de fenómeno integrava a estrutura do regime senhorial, tal qual acontecia com as honras e terras. Acabava por beneficiar os moradores de privilégios e isenções ligadas à administração central, transferindo os tais poderes para a entidade religiosa a quem era outorgada a carta de couto.

Padre Carvalho da Costa, nos inícios do século XVIII¹⁵ apresenta o Couto de Travanca da seguinte forma: “Sam Salvador de Travanca, Mosteiro de Frades Bentos, he Couto, hem que os Abades são Ouvidores & apresentão Juiz no cível, Almotecel, Porteiro, & Coudel Escrivães são os do Concelho. He Casa grande, & rica, aonde houve Collegio por muitas vezes...”.

Verifica-se, assim, uma relação de domínio sob a comunidade, dada a multiplicidade de poderes assumidos pelo Mosteiro.

O Abade de Travanca era a entidade máxima dentro do Couto, detendo privilégios e jurisdições. No domínio militar exercia funções de capitão-mor, competindo-lhe nomear o capitão de armas dentro do grupo de homens do couto, e, posteriormente, na tomada de posse do capitão o juramento seria feito diante do D. Abade. Os moradores ficavam isentos de servir no exército real, no entanto, sempre que o rei exigia reforço de armas, o Abade colaborava com os seus homens (Oliveira, 1970: 150).

“Neste Couto do Salvador de Travanca não entrão, nem podem entrar, nem levantar vara, as Justiças do dito Concelho de Sancta Crus de Riba Tamega, nem outras algumas, sem ordem expressa de Sua Real Magestade; e se nelle lhes he necessario fazer algũas diligencias, as fazem por precatório, que passam e devem passar ao Juis, ou ao Dom Abbade Ouvidor (...)”¹⁶

Aquando da sua extinção, em 1834, o Mosteiro de S. Salvador de Travanca detinha influência administrativa e económica sobre um universo de sessenta e cinco freguesias, distribuídas por quinze concelhos, entre eles Amarante, Lousada, Penafiel, Felgueiras, Marco de Canaveses, Baião, Mesão Frio, Peso da Régua, St^a Marta de Penaguião, Vila Pouca de Aguiar, Vila Real, Viseu, Castro Daire, Cinfães e Resende,

¹⁵ Carvalho da Costa, Padre António (1706). *Corografia Portugueza e Descriçam Topografica do Famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações da Cidades, Villas & Lugares, que contem, Varões illustres, Genealogias das Familias nobres, fundações de Conventos, Catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edifícios & outras curiosas observaçoens*. Lisboa. Oficina de Valentim da Costa Deslandes. Tomo I. P. 131.

¹⁶ *Provisão pela qual Sua Real Magestade mandou fazer partilha, e divisão dos montes, que ha neste Couto do Salvador de Travanca in São Salvador de Travanca* no *Dicionário Geográfico* da autoria de Luís Alvarez de Sousa. Vol. 37, nº 96, p. 997 a 1048. Transcrição de Dr. Pedro Vieira. Não publicada.

Ana Sofia Brás Mesquita - *A(s) comunidade(s) do Mosteiro de S. Salvador de Travanca nas vésperas da sua extinção: os (des)usos do património*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 59-92. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2a4

mas certamente não era este o espaço de jurisdição, tal como atrás foi apresentado. Sublinhe-se mesmo, que nos foi impossível reconstituir estes limites jurisdicionais nem nos chegou documentação que atestasse conflitos entre o mosteiro, mediados pelo Abade do Mosteiro e o poder concelhio.

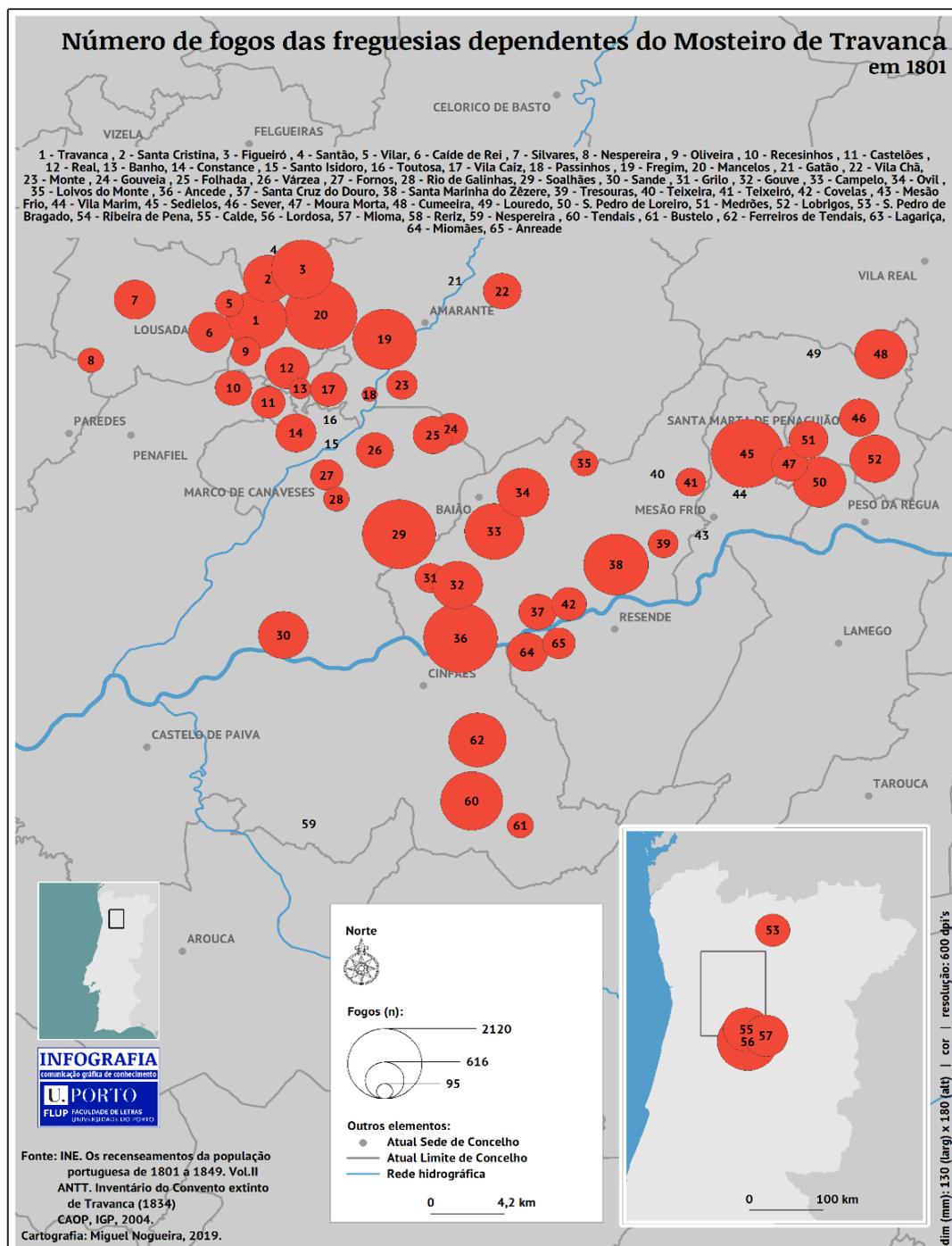
Por outro lado, seguimos uma outra linha de prospeção – identificar os lugares onde o Mosteiro recebia foros e perceber a sua dimensão demográfica, no pressuposto de que, os seus monges ou representantes ali se deslocariam para vigiar as suas propriedades.

Neste pressuposto, usamos o levantamento de 1801, pela aproximação à data de extinção do mosteiro, e pela impossibilidade de encetar um trabalho de reconstituição de todos os fogos das mesmas freguesias em 1758, ano para o qual existem informações, mas que exigiria um grande esforço, dada a dispersão da informação e da subsequente representação cartográfica.

Os foros surgem como rendimentos de bens enfitêuticos, cujo domínio útil estava nas mãos dos seculares e era alienável, ao contrário dos passais, das cercas e das quintas do mosteiro que se apresentam como fundos amortizados e inalienáveis (Oliveira Ramos, 1984: 160).

O mapa 1 permite-nos visualizar a influência socioeconómica do Mosteiro de S. Salvador de Travanca em 1801, mas também constatar que a maior recolha de foros e, por conseguinte, das respetivas propriedades, situava-se no vale do Tâmega e nas margens do Rio Douro na transição para Trás-os-Montes.

Ana Sofia Brás Mesquita - *A(s) comunidade(s) do Mosteiro de S. Salvador de Travanca nas vésperas da sua extinção: os (des)usos do património*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 59-92. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2a4



Mapa 1 – Freguesias e respetivo nº de fogos, em 1801, onde o Mosteiro cobrava foros, segundo o Inventário de 1834.

Fontes: Os recenseamentos da população portuguesa de 1801 a 1849, Vol. II (INE).

A.N.T.T., Inventário do Convento extinto de Travanca, cx. 2257.

Ana Sofia Brás Mesquita - *A(s) comunidade(s) do Mosteiro de S. Salvador de Travanca nas vésperas da sua extinção: os (des)usos do património*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 59-92. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2a4

5.2. Devoções da(s) comunidade(s) do Salvador de Travanca no século XVIII

O conceito “devoção” deriva do latim *devotio* e está relacionado com a atitude pensante do ser humano perante a realidade. Segundo Duque (2015: 222) a devoção é um modo próprio de pensar e ser que auxilia na compreensão de tudo o que nos rodeia, assim como no sentido do universo.

De acordo com a Memória Paroquial de 1758, as comunidades de Travanca viviam a sua espiritualidade e religiosidade através de vários elementos que traduzem as suas devoções.

O Santíssimo Sacramento surge como uma das figuras mais adoradas, sendo que se localiza na capela – mor e é assinalada a sua presença pela imagem de Cristo Crucificado e pelo Sacrário. A adoração do mesmo é efetuada pelos irmãos da Confraria com a sua denominação, assim como pelos fiéis e evidentemente, antes de todos pelos Monges. É celebrada uma missa pela Confraria do Santíssimo Sacramento todos os terceiros domingos de cada mês e organizada uma procissão pelo claustro do Mosteiro, com a participação dos monges e do povo. O terceiro domingo de julho é celebrado de forma especial por esta Confraria¹⁷.

A imagem de Nossa Senhora, com a invocação do Rosário, apresenta-se como uma das mais adoradas, merecendo uma Confraria e a celebração de missa, em honra da mesma, todos os primeiros domingos de cada mês, com destaque para o primeiro domingo de maio, onde se festeja com o Senhor exposto, missa cantada e sermão. No fim de cada missa os irmãos da Confraria e o Povo acompanham os Monges numa procissão pelo claustro do Mosteiro¹⁸.

Para além das Confrarias já mencionadas juntam-se ainda mais duas, a Confraria do Santo Nome de Deus que é festejado com grande solenidade no dia 1 de janeiro e a Confraria das Almas.

A imagem de S. Bento destaca-se pela sua beleza e pela sua juventude, sendo-lhe atribuídos muitos milagres e oferecidas elevadas quantias de ofertas.

5.3. Usos e costumes das comunidades de Travanca no século XVIII

Os usos e costumes dizem respeito a um conjunto de práticas relacionadas com

¹⁷ São Salvador de Travanca” no *Dicionário Geográfico* da autoria de Luís Alvarez de Sousa. Vol. 37, nº 96, p. 997 a 1048. Transcrição de Dr. Pedro Vieira. Não publicada.

¹⁸ *Idem*.

Ana Sofia Brás Mesquita - *A(s) comunidade(s) do Mosteiro de S. Salvador de Travanca nas vésperas da sua extinção: os (des)usos do património*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 59-92. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2a4

obrigações associadas ao culto, aos enterramentos, à sustentação da liturgia e de outros momentos que, tendo a sua componente monetária, codificavam relações em momentos fundamentais da vida e da morte.

No século XVIII as igrejas de Travanca e de S. Martinho de Anão apresentavam-se unidas e exerciam os mesmos costumes, isto é, no que respeitava aos dízimos cada um entregava o lhe era de direito. No corpo presente a oferta seria voluntária: os pobres ofereciam seis vinténs ou mais e os ricos entregavam doze vinténs ou mais.

No que diz respeito aos ofícios constatamos a distinção entre os vários estados civis e as funções laborais desempenhadas pela comunidade leiga de Travanca. Desta forma, pelos cabeceiros¹⁹ celebravam três ofícios de dez padres cada um, com oferta de duzentos reis por cada ofício e a esmola de cada Padre seria cento e cinquenta reis por missa e ofício²⁰.

Pelos solteiros pobres faziam três ofícios de seis Padres cada um e pelos filhos-família²¹, sem legítima diziam cinco missas ofertadas com pão, vinho e candeia.

No domingo que se seguia ao enterro de algum defunto procedia-se à oferta, em casa do mesmo, de um cesto de pão, vinho e presigo (carne de porco) ao pároco. Os parentes e amigos do defunto poderiam oferecer às igrejas cinquenta reis cada um.

Para o Padre rezar um responso²² todos os domingos era necessário pagar meio tostão por cada domingo do ano.

Pelos meeiros rezavam durante seis meses, bem como, tinham por hábito rezar uma missa de corpo presente com oferta de esmola e tostão por qualquer defunto.

Em Dia de Fiéis Defuntos era costume oferecer em espécie ou em dinheiro, procedendo à reza de um responso por cada oferta²³.

¹⁹ Um cabeceiro é o que é cabeça de casal, isto é, o que detinha uma função de destaque no agregado doméstico, como representante da família e responsável pelos criados e pela propriedade.

²⁰ São Salvador de Travanca” no *Dicionário Geográfico* da autoria de Luís Alvarez de Sousa. Vol. 37, nº 96, p. 997 a 1048. Transcrição de Dr. Pedro Vieira. Não publicada.

²¹ A expressão filho-família é uma expressão jurídica que abrange os filhos que não estão emancipados (sem legítima), que ainda não são maiores (25 anos) e que por isso fazem vida comum com o resto do agregado.

²² Responso pelas almas. Também se usa ementação das almas. Quer dizer que ao domingo a comunidade com o padre rezava algumas orações, algumas eram pequenas jaculatórias de intercessão pelos mortos. Na dúvida se já estariam ou não no paraíso, e existindo a possibilidade de estarem a caminho, os vivos rezavam pelos mortos.

²³ São Salvador de Travanca” no *Dicionário Geográfico* da autoria de Luís Alvarez de Sousa. Vol. 37, nº 96, p. 997 a 1048. Transcrição de Dr. Pedro Vieira. Não publicada.

Ana Sofia Brás Mesquita - *A(s) comunidade(s) do Mosteiro de S. Salvador de Travanca nas vésperas da sua extinção: os (des)usos do património*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 59-92. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2a4

Para além dos costumes anunciados acresciam os usos, tais como, os pagamentos dos casados com um alqueire de milho, os viúvos com meio alqueire e os solteiros com um vintém. Toda esta soma renderia para o Vigário e seu Coadjutor cem mil reis²⁴.

Os usos e costumes da igreja de Travanca envolviam também a comunidade religiosa, no que concerne à sua dinâmica interna, ou seja, os monges deste Mosteiro e da CSBP deveriam preceder os clérigos nas procissões e mais atos que se desenvolvessem nos seus mosteiros, igrejas, terraços e suas freguesias. Os Monges estariam responsáveis pelos ofícios de defuntos, exéquias e mais atos que se celebrassem nas mesmas partes²⁵.

Os monges deste mosteiro cantavam e faziam os ofícios dos defuntos, não se aceitando clérigos das freguesias de Travanca e S. Martinho de Anão, bem como de freguesias exteriores. Caso os ofícios excedessem o número de dez monges existiria possibilidade de participação de outros clérigos. Esta regra demonstra que os monges de Travanca pretendiam afirmar-se perante a sua comunidade e o Povo, com a sua presença e com a recolha de ofertas pelos ofícios.

6. A comunidade beneditina de Travanca no século XVIII e inícios do século XIX

No universo das casas beneditinas a comunidade religiosa de Travanca apresentava-se como uma das mais numerosas, apesar da variabilidade dos monges presentes. Com efeito, a transição de monges entre mosteiros era uma prática recorrente dentro da comunidade beneditina, o que poderá justificar a irregularidade dos efetivos do corpo monástico de Travanca.

Dentro da comunidade, cada monge tinha um determinado cargo e função que permitiam o bom funcionamento do mosteiro. A classificação de monge beneditino era alcançada após um período mais ou menos longo de provação para a admissão à profissão monástica, onde prestariam juramento de observância de triplo voto de estabilidade, de castidade e de conversão dos costumes da regra beneditina e, por último, receberiam a bênção do abade (segundo cap. 58 da RB citado por Dias, 2011: 117).

²⁴ *Idem.*

²⁵ *Idem.*

Ana Sofia Brás Mesquita - *A(s) comunidade(s) do Mosteiro de S. Salvador de Travanca nas vésperas da sua extinção: os (des)usos do património*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 59-92. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2a4

A análise que efetuamos a esta comunidade centrou-se na segunda metade do século XVIII e inícios do século XIX, sendo baseada na listagem presente em cada triénio dos Estados do Mosteiro de S. Salvador de Travanca. Através destas listas acedemos ao número de monges por cada triénio, mas também às diferentes ocupações desempenhadas pelos mesmos.

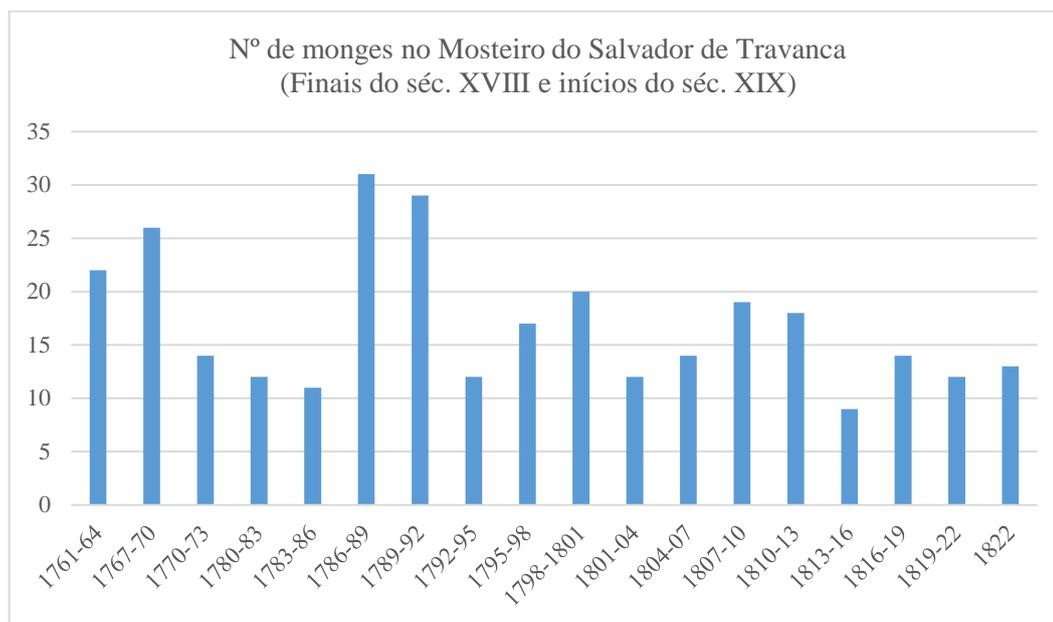


Gráfico 1 – N° de Monges no Mosteiro de S. Salvador (finais do século XVIII e inícios do século XIX). Fonte: ADB - Estados do Mosteiro de Travanca, 1761-1822.

Destacamos os triénios de 1786-89 e de 1789-92, devido ao aumento exponencial de monges no Mosteiro de Travanca, ou seja, no triénio de 1780-83 contabilizaram-se 11 monges e nos dois triénios seguintes verificamos um acréscimo para 31 e 29 monges, respetivamente, reduzindo para 12 monges no triénio de 1792-95.

O autor da *Beneditina Lusitana* (1651) refere a criação no próprio mosteiro de um pequeno seminário ou escola de humanidades, composto por "três cursos de artes". Esta valência poderá justificar o aumento de monges em determinados anos caso dos dois triénios em destaque, anteriormente, e onde nos deparamos com a expressão "colegiais".

Nas vésperas da extinção do Mosteiro, nele residiam 10 monges, cujas funções se podem observar na tabela 2.

Ana Sofia Brás Mesquita - *A(s) comunidade(s) do Mosteiro de S. Salvador de Travanca nas vésperas da sua extinção: os (des)usos do património*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 59-92. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2a4

Nomes dos monges	Naturalidade	Ocupação
Fr. António da Esperança	Tondela	Recebedor
Fr. Francisco da Conceição	Barreiros	-
Fr. Francisco de S. Bento	Stª Maria/Pedroso	-
Fr. Francisco do Pilar	Fonte Arcada	Celeireiro
Fr. Francisco do Rosário	Stª Cristina Figueiró	-
Fr. João da Trindade	Amarante	Abade
Fr. José de Stª Quitéria	Vila de Avô	-
Fr. José Joaquim de Stª Rosa	Burgães	Prior
Fr. Manuel de Jesus Maria	Braga	-
Fr. Manuel de Stª Rita de Cássia	Pendurada	-

Tabela 2 – Monges do Mosteiro de S. Salvador de Travanca em 1834 (Dias, 2011: 220-225)

Repare-se no número limitado de monges identificados em 1834 e que parece ser sinal de que a tendência apresentada para os anos 1820 se manteve. Aqui, como noutros espaços monacais, se 1834 marca um fim abrupto, já havia prenúncios no horizonte relativamente à atração que estas instituições podiam ainda provocar.

7. Usos e desusos do património - o Mosteiro de S. Salvador de Travanca

7.1. Breve abordagem aos antecedentes da extinção das Ordens Religiosas

As primeiras medidas de desamortização aconteceram no século XIII, aquando das Cortes de Coimbra, como tentativa de impedir o aumento de bens de raiz eclesiástica e a concentração de bens fundiários de mão morta subtraídos à ação do fisco.

O controlo sobre a posse de bens eclesiásticos sucedeu-se, com as Ordenações Afonsinas (1448), as Ordenações Manuelinas (1513) e, em 1603 com as Ordenações Filipinas. Estas últimas duas reforçaram a seguinte ideia: “os clérigos estavam autorizados a adquirir livremente bens de raiz e a dispor deles como quisessem, desde que não os transmitissem a outros clérigos ou corporações religiosas” (Serrão, 1985: 288).

Ana Sofia Brás Mesquita - *A(s) comunidade(s) do Mosteiro de S. Salvador de Travanca nas vésperas da sua extinção: os (des)usos do património*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 59-92. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2a4

Por outro lado, a presença governativa de Marquês de Pombal (1750-1777) foi responsável por uma série de medidas que teriam como intuito a extinção de um grande número de mosteiros. Este processo de ataque às Ordens Religiosas iniciou-se com expulsão dos Jesuítas de Portugal, através do decreto-lei de 3 de setembro de 1759 (Oliveira, 2005: 31).

Em 1789 é criada a Junta do Exame do Estado Atual e Melhoramento Temporal das Ordens Religiosas, encarregue do controlo direto dos religiosos, mais concretamente na admissão de noviços, nos processos de secularização e nas estadias fora dos conventos (Abreu, 2004). Desde muito cedo a Junta ignorou o cumprimento de um quadro normativo que orientasse o seu funcionamento e as suas funções, revelando muita dificuldade em solucionar os problemas estruturais das ordens religiosas.

Em consequência de alterações políticas que conduziram à decadência da monarquia absolutista e à ascensão do Estado liberal, assistimos a uma abordagem mais intensa da questão da desamortização.

Em Portugal começam a surgir medidas de desamortização mais intensas após a Revolução de 1820, sendo que até essa data encontramos as denominadas leis contra a amortização, que controlavam a aquisição exacerbada de bens por parte de instituições eclesiais e outros institutos.

Contudo, estas medidas não evitavam o aumento de bens de mão morta nem colocavam em questão este sistema, atenuavam e preveniam, simplesmente, “os abusos mais flagrantes e desvantajosos para a Coroa” (Martins da Silva, 1989: 4).

Com a vitória das forças liberais, as Ordens Religiosas veem o seu fim, pois a sua aliança com o absolutismo impedia a sua colaboração com o regime liberal. Desta feita, o Decreto de 1834 foi colocado em causa por deputados republicanos passado vários anos, quando se verifica um aumento da polémica anticlerical.

Muitos monges ficaram entregues à caridade alheia: neste processo foram um dos grupos mais prejudicados, dado que não existia uma vontade política em solucionar o estado de miséria em que a maioria dos egressos se encontrava. Muitos deles não tinham família nem amigos que os acolhessem ou ajudassem (Martins da Silva, 1989: 86).

Aquando da extinção do Mosteiro de S. Salvador de Travanca, era Abade Fr. João da Trindade e Prior Fr. José Joaquim de Santa Rosa. Em 1828, este último

Ana Sofia Brás Mesquita - *A(s) comunidade(s) do Mosteiro de S. Salvador de Travanca nas vésperas da sua extinção: os (des)usos do património*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 59-92. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2a4

ingressou no Mosteiro de S. Salvador de Travanca como Prior e Vigário, permanecendo neste cargo durante seis anos. Este último retirou-se do Mosteiro, no dia 2 de abril de 1834 quando se registou a aproximação de exércitos liberais e absolutistas da casa monástica de Travanca e o combate entre ambos na Lixa. Refugiou-se, na casa paroquial do Ressio do mesmo mosteiro, em Campelo, concelho de Baião. Durante a sua ausência encarregou dois clérigos de Travanca para a administração dos Sacramentos, voltando muito mais tarde, já após a extinção das Ordens Religiosas, como pároco²⁶.

Porém, neste intervalo de tempo conturbado, um dos clérigos chamado Fr. Francisco de S. Bento, descrito como um homem ambicioso, apropriou-se dos poderes do D. Abade Fr. João da Trindade, das pratas, das preciosidades, bem como apresentou-se como padre da freguesia arbitrariamente (Braga, 1934: 178-180). Um episódio cujas consequências se desconhecem. Seja como for, existem registos de que Fr. Francisco de S. Bento entregou ao Estado, por altura do inventário²⁷ somente farrapos, móveis de pouco valor, a livraria e o Cartório do Mosteiro, guardando para si outras riquezas que tinha conseguido desviar (Braga, 1934: 180).

7.2. Pós extinção do Mosteiro de S. Salvador de Travanca como casa beneditina

De acordo com o Boletim da DGEMN, Nº 15, de 1939, o complexo monástico de Travanca apresentava-se em avançado estado de ruína, impulsionado pelo abandono e com evidências de intervenções estruturais anteriores que poderão ter alterado a traça tradicional do mosteiro. O edifício monacal carecia urgentemente de recuperações estruturais.

“Do grande palácio monacal, então edificado, ainda existiam, quando se deu princípio às obras de restauração, todas ou quase todas as paredes – as paredes somente porque dos telhados nada restava já. E, dentro dessas paredes, tudo o que constituía o antigo convento – celas, dormitórios, refeitório, casa do capítulo, claustros, etc. – tudo

²⁶ Fr. Joaquim de Santa Rosa, terá sido convidado, em 1837, para ser pároco da freguesia do Salvador de Travanca. No entanto, recusou este convite, agradecendo e pedindo desculpas à comunidade local. Em 1841, por ação da rainha Dona Maria II, Fr. Santa Rosa regressa a Travanca como pároco e aí permanece até 26 de maio de 1848 (Braga, 1934: 181).

²⁷ De acordo com o Inventário da extinção do Mosteiro de Travanca, o processo iniciou-se a 13 ou 16 de junho de 1834, apresentando como encarregado o Doutor Provedor José Justino Pinto de Carvalho, como provedor fiscal (responsável pela fazenda) João Pereira de Magalhães Brochado, como Reverendo Inventariante o Padre Francisco de São Bento, sendo, “louvados camarários” Manoel da Silva Telles e Luís António Gomes.

Ana Sofia Brás Mesquita - *A(s) comunidade(s) do Mosteiro de S. Salvador de Travanca nas vésperas da sua extinção: os (des)usos do património*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n.º 2. 2020. 59-92. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2a4

jazia aniquilado, irreconhecível, sem vestígio de passada existência, como ruína para sempre abandonada.” Boletim da DGEMN (1939: 18).

Aquando desta notícia, tinham passado vinte anos desde que o imóvel fora classificado de interesse nacional (Decreto n.º 2 199, DG, I Série, n.º 16, de 27-01-1916²⁸).

As primeiras obras de recuperação do mosteiro decorreram nos anos de 1942a 1952 com o intuito de adaptá-lo primeiramente a Instituto de Regeneração de Menores, mas que terminou por receber uma parte do Instituto Feminino de Educação e Regeneração de Vila Nova de Gaia, apresentando-se como um estabelecimento de assistência psiquiátrica a alienados e menores com défice psiquiátrico. O edifício ficaria afeto a asilo psiquiátrico até abril de 2004.

Autores como Miguel Malheiro (2012: 8) acreditam que estas intervenções provocaram “um forte impacto ao nível do espaço interior, causaram danos irreparáveis e certamente foram responsáveis pelo desaparecimento de um conjunto de elementos arquitetónicos e decorativos significativos, dos quais a fonte do claustro é exemplo”.

Se ao longo dos tempos muitos monumentos perderam a sua função original, tal como é o caso do Mosteiro de S. Salvador de Travanca, essa perda não tem que inviabilizar o seu uso, já que poderá dar oportunidade a novos projetos. Veja-se o caso do Hotel de Santo Estevo de Ribas de Sil (Ourense) (Lorenzo Aspres, 2017), e que asseguram o futuro desse património. Todavia, para tais reabilitações e adaptações é fundamental garantir a salubridade e o aspeto do edifício sem alterar a sua estrutura e distribuição.

A Rota do Românico e a inserção, em 2009, numa rota do românico europeia (Transromanica) poderá ter criado uma visibilidade internacional²⁹ mas não é suficiente para criar, junto dos locais uma revalorização identitária, uma ligação forte de proteção e de afeto que se prolongue para lá das memórias individuais.

Sublinhe-se, ainda que a 23 de agosto de 2019, foi lançado o concurso público no âmbito do programa REVIVE (Reabilitação, Património e Turismo):

²⁸ DGPC - <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/69880>.

²⁹ *Rota do Românico*, disponível em <https://www.rotadoromânico.com/pt/rota/historial/> [Consulta em 26/09/2019]. *Transromanica*. disponível em <https://www.transromanica.com/about/members/> [Consulta em 26/09/2019].

Ana Sofia Brás Mesquita - *A(s) comunidade(s) do Mosteiro de S. Salvador de Travanca nas vésperas da sua extinção: os (des)usos do património*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 59-92. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2a4

“para a concessão do Mosteiro de São Salvador de Travanca, em Amarante, com vista à realização de obras incluindo de infraestruturas, e posterior exploração para fins turísticos como estabelecimento hoteleiro, estabelecimento de alojamento local, na modalidade de estabelecimento de hospedagem, ou outro projeto de vocação turística, nos termos da legislação em vigor”³⁰.

Em fevereiro de 2020 foi anunciado pelo Ministério da Economia que a concessão e a requalificação do Mosteiro de Travanca ficariam a cargo do investidor francês Jean-Claude Frederic Frajmund. O projeto tem como objetivo transformar o edifício monacal num hotel de quatro estrelas com inauguração prevista para 2023, sendo concessionado durante 50 anos para exploração para fins turísticos.

Este desfecho cria obrigações. As abordagens patrimoniais a um monumento deverão considerar os valores intrínsecos desse património, bem como as realidades que o rodeiam, pois, os ciclos criativos são evolutivos e não fechados (Lorenzo Aspres, 2017: 675).

A identidade de um dado património deverá ser respeitada no momento de intervenções exteriores e interiores, de modo a existir articulação entre o monumento e a paisagem envolvente, onde deverá existir a preocupação com a relação de aspetos do meio ambiente e do meio construído, assim como dos elementos arquitetónicos e espaços característicos do edifício, que nos transmitem aspetos história social, económica e política desse mesmo património³¹.

Quanto ao interior, surge o perigo de recreações pouco respeitadas da identidade do monumento, sendo “carentes de autenticidade e repletas de falsos ambientes” (Lorenzo Aspres, 2017: 675), que incentivam à experiência de viver o passado como relaxamento, emoção, mas que simultaneamente apresentam o monumento como um antiquário, com objetos de diferentes origens.

A preservação e conservação de ambos os espaços partirá da entidade gestora do monumento, da comunidade local, dos turistas e visitantes que participam num projeto de turismo sustentável.

Neste sentido, as abordagens patrimoniais a edifícios que atualmente já não desempenham a sua função original, e que se encontram em ruína ou esquecimento, não

³⁰ *REVIVE*, disponível em <https://revive.turismodeportugal.pt/node/765> [Consulta em 26/09/2019].

³¹ Secretaria-Geral da Economia e Transição Digital, disponível em <https://www.sgeconomia.gov.pt/noticias/revive-adjudicada-a-concessao-do-mosteiro-de-s-salvador-de-travanca-em-amarante-span-classnovo-novospan.aspx> [Consulta em 24/09/2020].

Ana Sofia Brás Mesquita - *A(s) comunidade(s) do Mosteiro de S. Salvador de Travanca nas vésperas da sua extinção: os (des)usos do património*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 59-92. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2a4

terão que sacrificar a memória arquitetónica, social, espiritual do espaço, uma vez que tais abordagens supõem a manutenção e a conservação do património, de modo a que o monumento permaneça vivo e valorizado.

Atualmente em Travanca, a “agonia” do mosteiro é visível. Após aproximadamente um século de total abandono, sessenta anos como Asilo Psiquiátrico e, os últimos quinze anos de desuso parcial contemplamos um património com urgência de obras de recuperação arquitetónicas e de um novo uso sociocultural.



Figura 2 – Cella do Abade do Mosteiro de S. Salvador de Travanca

Fonte: Sofia Mesquita (13/06/2019).



Figura 3 – Lado Nascente do Mosteiro de S. Salvador de Travanca

Fonte: Sofia Mesquita (13/06/2019).

Acresce ainda a defesa do espírito do lugar (“spirituloci”) como forma para assegurar o carácter vivo do monumento e da paisagem cultural, em que a comunidade habita, é determinante na proteção da sua memória, na sua sustentabilidade e na sua espiritualidade³².

De facto, os conjuntos monásticos são depositários de uma riquíssima história, marcos de fixação e controlo do território, locais privilegiados de produção intelectual, os mosteiros portugueses são também um dos testemunhos físicos mais evidentes do nosso património artístico e arquitetónico. Ainda hoje, muitos deles são referência de paisagens e motores de desenvolvimento local e regional, capazes de atrair milhares de

³² Declaração de Québec – a Sobre a preservação do “Spirituloci”. Canadá. 4 de outubro de 2008, disponível em: https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/GA16_Quebec_Declaration_Final_PT.pdf [Consulta em 19/07/2019].

Ana Sofia Brás Mesquita - *A(s) comunidade(s) do Mosteiro de S. Salvador de Travanca nas vésperas da sua extinção: os (des)usos do património*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 59-92. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2a4

visitantes, mas continuando abertos às necessidades de autorreconhecimento das comunidades envolventes.

Defendemos ainda que, a Interpretação é um conceito chave no futuro do Mosteiro de S. Salvador de Travanca, dado que estimula o pensamento e a imaginação, levando o indivíduo a “ver, explorar, situar, observar, analisar, compreender, sentir, reviver (...)” (Padró, J. cit por Pereiro, 2009: 227).

Este conceito não é estanque, visto que é impulsionado pela preocupação de conservar, mas também de “difundir o património cultural” (Pereiro, 2009: 224), sendo fomentado pela provocação, pela sensibilização e pela reflexão (Tilden, 2007: 35).

8. Conclusão

A comemoração do bicentenário da Revolução Liberal de 1820 permite uma reflexão sobre o Portugal do Antigo Regime e o do Estado Liberal, ponderando as mudanças significativas que a sociedade portuguesa viveu à época e que se repercutiram nos séculos seguintes.

O nosso estudo focou-se num grupo particular da sociedade portuguesa, ou seja, uma comunidade religiosa membro da CSBP, onde intentamos o levantamento das relações socioeconómicas, paroquiais, espirituais e culturais da comunidade beneditina de Travanca com a comunidade local em determinados momentos da História. Não só a análise da própria comunidade (internamente) como as relações que foi construindo com os que em seu redor ou mais afastados, por diferentes razões, com ela interagem. Uma das vias foi a da administração da terra num quadro de enfiteuse. Nesta análise foi possível identificar as freguesias em que os moradores detinham o domínio útil das propriedades do Mosteiro e pagavam os respetivos foros. O estudo possibilitou a perceção do espaço envolvente ao Mosteiro na segunda metade do século XVIII e inícios de século XIX.

Por outro lado, foi possível identificar a comunidade dentro de portas, à hora da sua extinção, quantos eram e quem eram, adivinhando-se um momento de grande perturbação, muito pouco estudado. Assim como pouco se avalia o que passa para a tutela e administração do Estado no momento da extinção.

Com a extinção das Ordens Religiosas em 1834, o futuro do Mosteiro de S. Salvador de Travanca permaneceu num hiato de aproximadamente um século e, entre

Ana Sofia Brás Mesquita - *A(s) comunidade(s) do Mosteiro de S. Salvador de Travanca nas vésperas da sua extinção: os (des)usos do património*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 59-92. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2a4

1942 e 1949, ocorreu uma adaptação do edifício, usado, primeiramente, para o Instituto Feminino de Educação e Regeneração de Vila Nova de Gaia, e mais tarde, para Asilo Psiquiátrico em funções até 2004, surgindo mais uma vez um novo abandono e novos usos pontuais do monumento.

De facto, por força das vicissitudes históricas, a maior parte dos conjuntos monásticos foi desconsiderada, ou noutros casos, sucessivamente ocupada por diversas entidades.

Concluimos que no processo de extinção das Ordens Religiosas não foram ponderados os possíveis impactos, colocando-se assim em causa toda uma cultura fomentada pelos regulares e composta por vários patrimónios desde o edificado, o intelectual, o humano até ao de cariz nacional. Almeida Garrett³³ escreveu que o mosteiro animava, acalmava, dava alma e grandeza a tudo, desde a proteção das árvores, a santificação das fontes até à poesia e solenidade que colocava na terra.

A comunidade beneditina desempenhou um papel determinante nos campos espiritual e cultural junto das populações, onde criou símbolos, ritos e estabeleceu relações várias que permitiram às comunidades locais obter uma visão do mundo moldada pela religiosa, de que demos uma visão parcial. Contudo, a acumulação de bens de mão morta, os abusos de poder exercidos por elementos das Ordens Religiosas e a carga ideológica que se vai desenvolvendo, contribuíram para as diversas medidas de correção e, posteriormente à sua extinção.

Veja-se como o sentido de monumento esteve presente não só na monumentalidade e na necessidade de o manter até ao fim da ocupação beneditina (a cerca e do terreiro, como epicentros dos monges e interface com os habitantes do couto e não só) como nos documentos deixados, quase crónicas de revalorização das raízes fundacionais e de uma sobrevivência muitas vezes ameaçada.

Resta saber em que medida o reuso do mosteiro é o meio para a sua sobrevivência patrimonial. A sua recuperação terá de incluir a conservação da memória e do espírito do lugar, presentes na definição de protocolos de gestão e preservação, técnicas e procedimentos a adotar pelos atores do património.

³³ Garrett, Almeida (1995). *Viagens na Minha Terra*. R.B.A. Editores. N° Clássicos Público, 3.

Ana Sofia Brás Mesquita - *A(s) comunidade(s) do Mosteiro de S. Salvador de Travanca nas vésperas da sua extinção: os (des)usos do património*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 59-92. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2a4

Fontes e Bibliografia:

Fontes manuscritas:

Arquivo Distrital de Braga:

Fundo Monástico da Congregação de S. Bento de Portugal

Estados do Mosteiro do Salvador de Travanca - Gavetas 97 e 98

Arquivo Nacional da Torre do Tombo:

Ministério das Finanças. Direção Geral da Fazenda Pública 1840-1958, E 4ª.rep, Processos de extinção das Casas Religiosas Masculinas, Inventário da Extinção do Mosteiro de São Salvador de Travanca, PT/TT/MF-DGFP/E/001/00402.

SOUSA, Luís Alvarez de, “São Salvador de Travanca”, in *Dicionário Geográfico*, vol. 37, nº 96, pp. 997-1048.

Fontes impressas:

Boletim da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. S. Salvador de Travanca (Nº15). Ministério das Obras Públicas e Comunicações. Março de 1939.

CARVALHO DA COSTA, Padre António (1706), *Corografia Portuguesa e Descrição Topografica do Famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações da Cidades, Villas & Lugares, que contem, Varões illustres, Genealogias das Familias nobres, fundações de Conventos, Catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edifícios & outras curiosas observaçoens*. Lisboa, Oficina de Valentim da Costa Deslandes, tomo I, p. 131.

Estudos:

ABREU, Laurinda (2004), “Um parecer da Junta do Exame do Estado Atual e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares nas vésperas do decreto de 30 de maio de 1834”, in *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 117-130.

AMORIM, Inês (2015), “Do monumento monástico-conventual à paisagem cultural - Património como processo: do sítio, das ideias e das necessidades”, in *Ao encontro de Histórias e Patrimónios Monásticos - Livro do X Encontro Cultural de S. Cristóvão de Lafões*. Associação de Amigos do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões, pp. 91-108.

BRAGA, Alberto Vieira (1934), “Curiosidades de Guimarães. IV Maninhos”, *Revista*

Ana Sofia Brás Mesquita - *A(s) comunidade(s) do Mosteiro de S. Salvador de Travanca nas vésperas da sua extinção: os (des)usos do património*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 59-92. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2a4

de Guimarães, nº44 (2), Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, pp. 104-120.

BRANDÃO, Maria de Fátima (1994), *Terra, Herança e Família no noroeste de Portugal: o caso de Mosteiro no século XIX*, Porto, Biblioteca das Ciências do Homem, Edições Afrontamento.

CHOAY, Françoise (2010), *Alegoria do Património*. Lisboa, Edições 70.

COELHO DOS SANTOS, José (1969), *O Mosteiro de São Salvador de Travanca: estudo arqueológico-artístico*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Declaração de Québec – a Sobre a preservação do “Spirituloci”. Canadá. 4 de outubro de 2008, [Consulta em 19/07/2019]. Disponível em: https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/GA16_Quebec_Declaration_Final_PT.pdf

DGPC - <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/69880>.

DIAS, Geraldo Coelho (2010), *Tibães: O Encanto da Cerca, o Silêncio dos Monges e os Últimos Abades Gerais dos Beneditinos*, Braga, Museu S. Martinho de Tibães.

DIAS, Geraldo Coelho (2011), *Quando os Monges eram uma civilização... Beneditinos: Espírito, Alma e Corpo*, Porto, Edições Afrontamento.

DUQUE, João Manuel (2015), “A devoção da Europa: elogio da vulnerabilidade”, *Revista Didaskalia*, vol. 45, fasc. 2, pp. 221-232, [Consulta em 28/07/2019]. Disponível em: <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/25606/1/V04502-221-232.pdf>

GARRETT, Almeida (1995), *Viagens na Minha Terra*, R.B.A. Editores.

LORENZO ASPRES, Alberta (2017), “Monumentos convertidos en hoteles: el sacrificio de la memoria arquitectónica. El caso de Santo Estevo de Ribas de Sil”, *PASOS. Revista de Turismo e Património Cultural*, vol. 15, n.3, pp. 673-685, [Consulta em 25/03/2018]. Disponível em: <http://www.pasosonline.org/es/articulos/search/results>

MACHADO, Rosário *et al.* (2014), *Rota do Românico – Monografia*, Lousada, Centro de Estudos do Românico e do Território, vol. II.

MADUREIRA, Nuno (coord.); Martins, Conceição & Monteiro, Nuno (org.) (2002). *História do Trabalho e das Ocupações. Vol. III – A Agricultura, Dicionário das Ocupações*, Oeiras, Celta Editora.

Ana Sofia Brás Mesquita - *A(s) comunidade(s) do Mosteiro de S. Salvador de Travanca nas vésperas da sua extinção: os (des)usos do património*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 59-92. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2a4

MALHEIRO, Miguel *et al.* (2012), *Igreja do Mosteiro de Travanca – Projeto de arquitetura para a conservação, salvaguarda e valorização do imóvel*, Porto, Rota do Românico.

MARQUES, Gonçalo (2011), *Do vinho de Deus ao vinho dos Homens: o vinho, os mosteiros e o Entre Douro e Minho*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

MARTINS DA SILVA, António (1989), *Desamortização e venda dos Bens Nacionais em Portugal na primeira metade do século XIX*, Coimbra, Faculdade de Letras de Coimbra.

OLIVEIRA, Aurélio de (1970), *A Abadia de Tibães e o seu domínio (1630 – 1680) – estudo social e económico*, Porto, Faculdade de Letras do Porto.

OLIVEIRA RAMOS, Luís de (1984), “Os Beneditinos e a cultura: ressonâncias da ilustração”, *Revista da Faculdade de Letras - História*, II série II, vol.1, pp. 159-186.

OLIVEIRA RAMOS, Luís de (1992), *A extinção das Ordens Religiosas consequências culturais*, Separata de *Bibliotheca Portucalensis*, 2ª série, nº 7, Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto.

OLIVEIRA, Paulo (2005), *A Congregação Beneditina Portuguesa no percurso para a extinção (1800-1834)*, Coimbra, Palimage Editores.

PEREIRA, Paulo (2001), «“Lugares de passagem” e o resgate do tempo», in *Património. Estudos*, Lisboa, IPPAR – Instituto Português do Património Arquitetónico, n. 1, pp. 6-16.

PEREIRO, Xerardo (2009), *Turismo Cultural: uma visão antropológica*. Tenerife, El Sauzal, Associação Canária de Antropologia e PASOS.

RAMOS, Maria Teresa (2007), “A Biblioteca de S. Martinho de Tibães no século XVIII”, *Bracara Augusta*. vol. LV, nº 110 (123).

ROCHA, Manuel Moreira da (2011), *A Memória de um Mosteiro - Santa Maria de Arouca (Séculos XVII-XX - Das construções e das reconstruções)*, Porto, Biblioteca das Ciências Sociais, Edições Afrontamento.

REVIVE, [Consulta em 26/09/2019]. Disponível em: <https://revive.turismodeportugal.pt/node/765>

Rota do Românico, [Consulta em 26/09/2019]. Disponível em: <https://www.rotadoromanico.com/pt/rota/historial/>

Ana Sofia Brás Mesquita - *A(s) comunidade(s) do Mosteiro de S. Salvador de Travanca nas vésperas da sua extinção: os (des)usos do património*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 59-92. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2a4

Secretaria-Geral da Economia e Transição Digital, [Consulta em 24/09/2020]. Disponível em: <https://www.sgeconomia.gov.pt/noticias/revive-adjudicada-a-concessao-do-mosteiro-de-s-salvador-de-travanca-em-amarante-span-classnovo-novospan.aspx>

SERRÃO, Joel (dir.) (1985), *Dicionário da História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas.

SMITH, Laurajane (2006), *Uses of Heritage*, Oxon, Routledge.

The National Gallery – *Hortus Conclusus*. Disponível em <https://www.nationalgallery.org.uk/paintings/glossary/hortus-conclusus>, [Consulta em 25/01/2018].

TILDEN, Freeman (2007), *Interpreting our Heritage*, 4th Edition, Carolina, University of North Carolina Press.

Transromanica, [Consulta em 26/09/2019]. Disponível em: <https://www.transromanica.com/about/members/>